



VIVÊNCIAS DA POPULAÇÃO LGBT NA BUSCA PELOS SERVIÇOS DE SAÚDE

Irene Custódia da Silva¹
Karen Cristina Sousa Costa²
Leila Araújo da Silva³
Samara Calixto Gomes⁴

INTRODUÇÃO: Percebe-se a importância das determinações sociais em saúde geradas segundo a orientação sexual e a identidade de gênero. **OBJETIVO:** Descrever os principais entraves na criação do vínculo profissional e cliente. **MÉTODO:** Revisão narrativa da literatura, Biblioteca Virtual em Saúde, mês de abril de 2019, descritores em saúde: Assistência de Enfermagem, Público LGBT e Serviços de saúde, booleano “AND”, critérios de inclusão e exclusão, total: seis artigos. **RESULTADOS:** As equipes de saúde necessitam de capacitação e sensibilização no atendimento à população LGBT. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Os profissionais de saúde devem trabalhar de forma humanizada e acolhedora buscando a melhoria na assistência.

A sexualidade têm sido temática central nos mais diversos debates políticos, biomédicos, sociais e antropológicos enfatizando o processo de vulnerabilidade em saúde como um ponto principal na chance de exposição do usuário ao adoecimento por meio de condicionantes individuais, coletivos e contextuais que ocasionam, em maior ou menor grau, suscetibilidade ao adoecer físico e psicológico, tendo em vista que, apesar de muito empenho, na ampliação e discussão da temática, ainda há muito o que se desmistificar. De acordo com o retrato histórico da saúde da população LGBT, percebe-se a importância das determinações sociais em saúde geradas segundo a orientação sexual e a identidade de gênero no processo saúde-doença-cuidado, já que podem aumentar as vulnerabilidades das pessoas e dos coletivos e, nesse contexto, das especificidades de saúde desse público (FERREIRA; PEDROSA; NASCIMENTO.,2018).

No Brasil, o Conselho Federal de Psicologia, na resolução nº 001, de 22 de março de 1999,

¹ Discente da disciplina de Gênero, Sexualidade e Saúde Reprodutiva da Universidade Regional do Cariri, UDI, Membro do projeto de extensão Educação para o cuidado seguro o papel(trans) formador da universidade; Membro do grupo de pesquisa em Clínica, Cuidado e Gestão em Saúde (GPCLIN) na linha de pesquisa: Redes de atenção, Políticas e Integralidade do cuidado no Sistema Único de Saúde (SUS); Monitora bolsista pela PROGRADE da disciplina de saúde coletiva I; E-MAIL: irenesilva852@gmail.com

² Discente da disciplina de Gênero, Sexualidade e Saúde Reprodutiva da Universidade Regional do Cariri, UDI; E-MAIL: Ka.ren.cristina@hotmail.com.

³ Discente da disciplina de Gênero, Sexualidade e Saúde Reprodutiva da Universidade Regional do Cariri, UDI; E-MAIL: leilaalvessil432@gmail.com.

⁴ Enfermeira. Mestre em Enfermagem. Docente da disciplina de Gênero, Sexualidade e Saúde Reprodutiva, da Universidade Regional do Cariri – URCA. Coordenadora do Projeto Educação em Saúde e Sexualidade. E-mail: samaracalixto@hotmail.com.



VI SEMANA DE ENFERMAGEM DA URCA

I SIMPÓSIO DE ENFERMAGEM DERMATOLÓGICA DA REGIÃO CENTRO-SUL

passou a proibir os psicólogos de realizarem atendimentos às pessoas LGBT com a finalidade de reverter a homossexualidade. A separação entre orientação sexual e patologia rege o posicionamento do Conselho Federal de Medicina desde 1985, quando retirou a homossexualidade da condição de desvio sexual. Em 2004, surgiu a campanha Brasil sem Homofobia, que era um Programa voltado ao Combate à Violência e à Discriminação contra LGBT e de Promoção da Cidadania Homossexual. Foi instituído pelo Conselho Nacional de Combate à Discriminação e teve ampla participação da sociedade, tornando-se um dispositivo disparador da busca pela integralidade da saúde dessa população, estabelecendo diretrizes para o combate à violência e à discriminação, além do respeito às especificidades e da promoção da cidadania (NEGREIROS et al., 2018).

Posterior a isso, surge a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) instituída pela Portaria nº 2.836 de 1º de dezembro de 2011 tem por objetivo promover a saúde integral LGBT eliminando a discriminação e o preconceito institucional, bem como contribuindo para a redução das desigualdades e a consolidação do SUS como sistema universal, integral e equitativo. A Política tem sua marca no reconhecimento de que a discriminação por orientação sexual e por identidade de gênero incide na determinação social da saúde, no processo de sofrimento e adoecimento decorrente do preconceito e do estigma social a que está exposta a população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (SILVA; FINKLER; PIRES.,2019).

Esta política reconhece os efeitos da discriminação e da exclusão no processo de saúde-doença destes grupos sociais estabelecendo propósitos concretos a serem implementados em todas as esferas de gestão do Sistema Único de Saúde. Visa também reduzir o preconceito institucional e assegurar o respeito às diferenças, fomentar o acesso aos diferentes pontos da rede de serviços de saúde, garantir uma assistência de qualidade e resolutiva, promover iniciativas voltadas à redução de danos, garantir o uso do nome social e legitimar a participação social desta população em Conselhos e Órgãos Deliberativos de instâncias de cunho social e de saúde (OLIVEIRA et al., 2018).

Há discrepâncias pautadas quando nos referimos a população LGBT caracterizadas por um conjunto de intenções e ações capazes de interferir no processo saúde-doença do sujeito, direta ou indiretamente, sendo possível destacar: agressões, torturas, discriminação em órgãos públicos e privados e por autoridades governamentais, discriminação econômica, contra a livre movimentação, privacidade e trabalho, segregação familiar, escolar, científica e religiosa, difamação e preconceito promovido pela mídia, insultos, ou seja, preconceito em sua totalidade



VI SEMANA DE ENFERMAGEM DA URCA

I SIMPÓSIO DE ENFERMAGEM DERMATOLÓGICA DA REGIÃO CENTRO-SUL

(PEREIRA et al, 2017; GOMES et al, 2018).

Segundo NEGREIROS e OLIVEIRA (2018) a qualidade no atendimento ofertado à população LGBT não é uma questão contemporânea, e estes usuários podem encontrar na consulta de atendimento um profissional que encara a orientação sexual ou a identidade de gênero como uma anomalia ou perversidade, o que faz com que esse público não tenha suas necessidades de saúde totalmente assistidas por consequência da LGBTfobia levando essas pessoas a aparentar o que não são para não serem julgadas e a silenciar os verdadeiros motivos que as levaram até a unidade de saúde. Ressalta-se que elementos culturais advindos do padrão heterossexual influenciam de modo subjetivo o atendimento dos profissionais da saúde a essa população. Logo, as transformações no modo em que se desenvolve as ações da rede de atenção à saúde na perspectiva de promover um cuidado mais qualificado também dependem das mudanças no modo de pensar e de agir desses profissionais.

Considera-se dessa forma que as situações de discriminação e preconceito institucional bem como o despreparo, a falta de conhecimento sobre identidade ou expressão de gênero e orientação sexual, somados ao completo descaso e a ignorância formam o cerne da questão de que muito precisa ser feito para reverter minimamente os efeitos de anos de exclusão e invisibilidade.

OBJETIVO

Descrever os principais entraves na criação do vínculo entre os profissionais de saúde e a população LGBT.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de revisão narrativa da literatura, realizado na Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), no mês de abril de 2019 com os descritores em saúde: Assistência de Enfermagem, População LGBT e Serviços de Saúde. Os descritores foram cruzados com o Booleano “AND” na perspectiva de ampliação das buscas.

Os artigos submeteram-se a alguns critérios de legibilidade, tais como: encontrar-se nos últimos cinco anos (2015-2019), estarem disponíveis na íntegra, abordando a temática e priorizando o atendimento e, apresentarem-se no idioma português. Os critérios de exclusão são: artigos que não envolvam o assunto da temática e textos repetidos.

Para obtenção dos artigos explanados foram cruzados os três descritores acima citados, resultando em 110 artigos, em seguida foi usado o filtro de texto na íntegra, apresentando-se



VI SEMANA DE ENFERMAGEM DA URCA

I SIMPÓSIO DE ENFERMAGEM DERMATOLÓGICA DA REGIÃO CENTRO-SUL

disponíveis 98, logo após utilizou-se o filtro em relação ao ano de publicação, sendo obtidos 68, e por fim foram selecionados artigos dentro do idioma desejado finalizando em 16. Após análise criteriosa dos artigos obtidos selecionou-se seis, todos presente na base de dados LILACS, que estavam de acordo com os critérios propostos para realização da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Política Nacional de Saúde Integral à População LGBT surge como resposta às demandas e especificidades historicamente estigmatizadas, com o intuito de promover equidade e efetivar a garantia de direitos humanos, tendo em vista que, o acesso da população LGBT ao SUS encontra dificuldades de operacionalização por não seguir um padrão heteronormativo, e aquilo que os torna “diferentes” pode acabar sendo usado contra eles nos serviços de saúde. Assim, o usuário LGBT pode criar barreiras no acesso aos serviços de saúde, que podem influenciar na procura por atendimentos de serviços clandestinos, ofertando um maior risco e elevando os padrões de vulnerabilidade (FERREIRA; PEDROSA; NASCIMENTO.,2018).

NEGREIROS (2018) destaca que as políticas de saúde voltadas para essa população foram construídas e estimuladas de forma compartilhada com os movimentos sociais. Esse fato trouxe empoderamento a tal questão, já que, mesmo com todos os avanços advindos na área da saúde, o preconceito nos estabelecimentos de saúde e a invisibilidade entre os profissionais ocultaram ainda mais essa população, fazendo dos espaços para promover saúde lugares incapazes de atender às reais necessidades da comunidade LGBT.

Acredita-se que o processo de mudança de concepção com relação à população LGBT não repousa somente na melhoria do atendimento nas unidades de saúde, mas, principalmente, no modo de pensar e agir dos profissionais de saúde envolvidos nesse processo. Ressalte-se que o modelo heteronormativo influencia na atenção à saúde LGBT, e um dos cerne dessa mudança de paradigma está no ensino, na compreensão das especificidades da população LGBT desde a formação desses profissionais até sua atuação nas unidades de saúde (PEREIRA et al., 2017; SILVA; FINKLER; PIRES., 2019)

É necessário considerar que, para além da desqualificação profissional e das limitadas oportunidades para acessar o mercado de trabalho, a discriminação e a violência que este segmento populacional sofre repercutem diretamente nas necessidades de cuidado com a saúde. Entre elas se destacam: pressão alta e ansiedade pelo medo de doenças e violência, alcoolismo, infecções sexualmente transmissíveis, efeitos colaterais de hormônios, complicações cirúrgicas, depressão e tentativa de suicídio (OLIVEIRA et al., 2018).



Para OLIVEIRA (2018) ainda que nas instâncias do Sistema Único de Saúde venham sendo implementadas medidas concretas para enfrentamento das iniquidades e desigualdades em saúde desta população, sua efetivação requer aperfeiçoamento e sensibilização dos profissionais de saúde para reconhecer e acolher as demandas e necessidades deste grupo. A mudança de algo que seja destoante dos padrões socioculturais, religiosos e educacionais resulta em ações que podem determinar posturas, práticas e discursos e interferir negativamente no processo de trabalho dos profissionais da saúde, desconsiderando os preceitos éticos. Compreende-se, portanto, que as equipes de saúde necessitam de capacitação e sensibilização no atendimento à essa população, a fim de não gerarem barreiras na utilização dos serviços.

Mesmo com a existência de uma política pública voltada especificamente a população LGBT, muita coisa ainda tem que ser feita. Não adianta a implantação de uma política cujo conteúdo seja desconhecido pelos profissionais de saúde, e cuja as ações não sejam postas em prática. Não adianta usar das questões trazidas por essas e, por outras tantas minorias, se não há nenhuma mudança na assistência, no acolhimento e no respeito a essa população. Com isso torna-se necessários que os profissionais de saúde tenham acesso na graduação a realidade e as questões que envolvem esse público, compreendendo e trabalhando de forma humanizada e acolhedora melhorando, assim, a qualidade da assistência.

DESCRITORES: Assistência de enfermagem. Público LGBT. Serviços de Saúde.



VI SEMANA DE ENFERMAGEM DA URCA

I SIMPÓSIO DE ENFERMAGEM DERMATOLÓGICA DA REGIÃO CENTRO-SUL

REFERÊNCIAS:

FERREIRA, B. O., PEDROSA, J. I. S., NASCIMENTO, E. F. Diversidade de gênero e acesso ao sistema único de saúde. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**. vol.31, n.1, pag. 1-10. jan/mar, 2018.

GOMES, S. M., SOUSA, L. M. P., VASCONCELOS, T. M., NAGASHIMA, A. M. S. O SUS fora do armário: concepções de gestores municipais de saúde sobre a população LGBT. **Revista Saúde e Sociedade**, vol.27, n.4, pag.1120-1133, 2018.

NEGREIROS, F. R. N.; FERREIRA, B. O.; FREITAS, D. N.; PEDROSA, J. I. S.; NASCIMENTO, E. F. Saúde de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais: da Formação Médica à Atuação Profissional. **Revista Brasileira de Educação Médica**. v.1, n.43, pag.23-31, jul.2018.

OLIVEIRA, G. S.; NOGUEIRA, J. A.; COSTA, G. P. O.; SILVA, F. V.; ALMEIDA, S.A. Acesso de lésbicas, gays, bissexuais e travestis/transexuais às Unidades Básicas de Saúde da Família. **Rev Rene**. dez/jun.2018.

PEREIRA, E. O.; FERREIRA, B. O.; AMARAL, G. S.; CARDOSO, C. V.; LORENZO, C. F. G. Unidades Básicas de Saúde em Teresina-PI e o acesso da população LGB: o que pensam os médicos? **Tempus, actas de saúde colet, Brasília**. v.11, n.1, pag.51-67, mar, 2017.

SILVA, A. L.R.; FINKLER, M.; PIRES, R. O. M. Representações sociais de trabalhadores da atenção básica à saúde sobre pessoas LGBT. **Trab. Educ. Saúde**. Rio de Janeiro. v.17, n.2, set/jan.,2019.